

EM BUSCA DE HABITABILIDADE: ADEQUAÇÕES INSERIDAS EM UM CONJUNTO HABITACIONAL A PARTIR DO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO PELO MORADOR

Elisângela Ferreira Silva⁽¹⁾; Aline Werneck Barbosa de Carvalho⁽²⁾; Geraldo Browne Ribeiro Filho⁽³⁾

(1) Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFV, e-mail: eliarquitetura@yahoo.com.br

(2) Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFV, e-mail: alinewbc@gmail.com

(3) Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFV, e-mail: gbrowne@ufv.br

Resumo

Neste artigo aborda-se a problemática urbana e habitacional quanto à produção da habitação de interesse social e seu reflexo no processo de apropriação da moradia pelo morador. Seu objetivo consiste em analisar as adequações inseridas no conjunto habitacional Boa Sorte, implantado no município de Coimbra-MG, com a finalidade de compreender de que forma estas adequações estão associadas a comportamentos humanos que expressam territorialidade, privacidade, identidade e ambiência. As variáveis e os indicadores foram definidos a partir da revisão de literatura e para a coleta de dados em campo foi utilizado o instrumento denominado “leituras espaciais”, bem como ferramentas utilizadas em pesquisa de avaliação pós-ocupação (APO). Para análise, os dados foram agrupados segundo três categorias de habitabilidade: pragmática, simbólica e funcional. Os resultados encontrados apontaram que, ao longo dos anos, várias alterações físicas e de uso foram realizadas, modificando-se visivelmente o tamanho, os materiais construtivos e o aspecto externo das moradias, revelando um acentuado processo de apropriação do espaço pelos moradores. As adequações introduzidas foram realizadas pelo próprio usuário, sem qualquer tipo de orientação técnica, acarretando baixa qualidade e comprometimento do desempenho funcional e construtivo da habitação. A pesquisa com os usuários apontou o sentido simbólico dado à aquisição da casa própria, no sentido de segurança familiar e status. Concluiu-se que, no caso analisado, foi positiva a adoção do padrão de casa do tipo isolada, pois possibilitou a expressão de aspectos simbólicos relacionados aos hábitos culturais de famílias típicas de cidades do interior, como o uso do quintal para construção de fogão à lenha, criação de animais e cultivo de jardim, horta e pomar. Como contribuição da pesquisa, sugere-se a revisão dos parâmetros mínimos de habitabilidade estabelecidos pelos programas habitacionais, principalmente quando implantados em cidades do interior e de pequeno porte, tendo em vista as características socioculturais da população.

Palavras-chave: *Habitação de interesse social, Habitabilidade, Avaliação pós-ocupação, Qualidade ambiental e construtiva.*

Abstract

This work approaches the housing and urban problems regarding to low-income housing and its response on the housing appropriation process. It analyzes the adaptations inserted in Boa Sorte housing estate, located in Coimbra/MG, Brazil. It is a descriptive research, and the variables and indicators were defined from literature review and field data collection. A method called “spatial readings” and tools commonly used in post-occupation evaluation were used. For analysis, data were grouped according three categories: pragmatic, symbolic and functional. The results indicate that, over the years, several changes were made, changing the size, construction materials and external appearance of houses, revealing a sharp process of appropriation of space by residents. The adjustments were performed by users without any technical guidance, resulting in poor quality of construction. The survey of

users pointed out the symbolic meaning given to the house. It was concluded that the adoption of the isolated house on the lot was adequate, because it made possible the expression of symbolic aspects related to cultural habits of typical families in the inner cities, such as the use of the yard to build the wood stove, breeding and cultivation garden and orchard. As a contribution of the research, it is suggested to review the minimum standards of habitability established by the housing programs, especially when deployed in small towns, in view of the sociocultural characteristics of the population.

Keywords: *Social housing, Post-occupancy evaluation, Livability, Environmental quality.*

1. INTRODUÇÃO

A questão urbanística e habitacional nas últimas décadas revela-se como uma problemática mundial que tem sido tema de vários estudos, pesquisas e conferências, dentro e fora do mundo acadêmico. São tentativas de buscar soluções e recomendações para orientar as ações públicas e privadas quanto à provisão de moradias para famílias de baixa renda de forma a promover e garantir cidadania às pessoas no ambiente urbano.

Dentro da lógica capitalista, que conduz a urbanização brasileira tanto na formação quanto na ocupação do espaço urbano, a habitação constitui-se como condição para a reprodução da força de trabalho, requisito fundamental à dinâmica do capital. O resultado desse processo é a produção de moradias segregadas para as camadas mais pobres, que reproduzem o precário provimento de infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços coletivos (RAMOS, 2002).

Nos programas habitacionais para as famílias de baixa renda, providos pelo Estado, a construção fica condicionada à redução de custos e dimensões, pois o objetivo primordial é a edificação de um maior número de moradias. Resultado desta política é a geração de unidades que não atendem quanto às necessidades familiares, com padrão de qualidade de baixo desempenho e pequena vida útil, o que também se estende na infra-estrutura de todo o conjunto (ELALI, 2010; LEITE, 2006; GUIMARÃES, 2005; DUARTE, 2005; ROMERO, ORNSTEIN, 2003; WERNA et al., 2001; BOURDIEU, 1998; MARICATO, 1979).

A política habitacional idealiza a habitação mínima de forma que o usuário não comprometa um maior valor de sua renda no pagamento das prestações e, com o tempo, possa ampliar e adequar sua casa ao atendimento de suas necessidades. Muitas vezes esse objetivo não é atingido, ora por falta de condições financeiras, ora pelas dimensões limitadas do terreno, que impossibilitam a ampliação da moradia sem prejudicar sua habitabilidade (LEITE, 2006).

As fases projetual e da produção da habitação para baixa renda são influenciadas por vários agentes, como representantes do governo, incorporadoras, construtores e projetistas, de forma que a moradia é resultado de interesses diversos. Porém, como o usuário final tem pouca influência sobre o processo, o resultado são habitações não adequadas ao consumidor (LEITE, 2006; ROMERO; ORNSTEIN, 2003; WERNA et al, 2001; MARICATO, 1979).

Na maioria dos conjuntos habitacionais, os fatores econômico e social predominam sobre a questão técnica, o que acarreta redução ou falta de funcionalidade dos espaços. Outra decisão feita a partir destas prioridades é a padronização dos projetos sem respeitar as necessidades familiares, o que dificulta a inserção social e a apropriação do espaço pelo morador, resultando, muitas vezes, em migrações para outros locais (ABIKO e ORNSTEIN, 2002).

No processo de apropriação da nova casa, as famílias realizam modificações para adequá-las às suas necessidades. Tais adequações objetivam atender a diferentes dimensões do habitat, que de acordo com Malard (s/d) são denominadas como pragmática, simbólica e funcional.

Partindo-se destes princípios, o objetivo desse artigo consiste em analisar as modificações

realizadas por parte dos moradores nas unidades habitacionais de um conjunto habitacional construído no município de Coimbra, em Minas Gerais, com a finalidade de compreender de que forma estas adequações estão associadas a comportamentos humanos que expressam territorialidade, privacidade, identidade e ambiência.

A pesquisa que deu origem a este artigo foi baseada nestes conceitos, aos quais foram somadas contribuições teóricas de outros autores para que fossem extraídas as variáveis e os indicadores a serem avaliados. Outro aspecto refere-se ao conceito de conflitos arquitetônicos, que são revelados a partir da interação morador e moradia e que indicam fontes de estresse devido aos desvios entre necessidades humanas e elementos arquitetônicos (ELALI, 2010; PEREIRA et al, 2002; ALMEIDA 1995; MALARD, s/d).

São muitos os estudos interdisciplinares realizados em conjuntos habitacionais onde são avaliados a qualidade da moradia, o grau de satisfação do usuário, a interação usuário e moradia, a relação ambiente-comportamento, dentre outros temas. Normalmente tais trabalhos abordam conjuntos habitacionais constituídos de centenas de unidades que são inseridos em grandes centros urbanos. Entretanto, nesta pesquisa voltou-se o olhar para a realidade dos municípios pouco populosos e de economia ligada ao meio rural, como é o caso do município de Coimbra, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, com 7.054 habitantes (IBGE, 2010). Nesta cidade, em menos de dez anos, foram implantados três conjuntos habitacionais, sendo que o primeiro, denominado Boa Sorte, foi inaugurado em 1999, com 35 unidades habitacionais. No ano de 2005 foi inaugurado o Conjunto Habitacional São Sebastião, com 50 unidades e no ano de 2009, o Conjunto Habitacional Estiva com mais 50 unidades.

A pequena escala destes conjuntos poderia fazer supor que houvesse maior interação entre a proposta arquitetônica e urbanística e os desejos dos moradores. Entretanto, uma pesquisa exploratória realizada “in loco” apontou que, ao longo dos anos, várias alterações físicas foram realizadas, modificando-se o tamanho, os materiais construtivos e o aspecto externo das moradias. A identificação destas adequações visa orientar a elaboração de novos projetos de habitação popular em pequenas cidades, para que atendam às necessidades destes usuários.

Para esta pesquisa foi adotado como objeto de estudo o conjunto habitacional Boa Sorte que, por apresentar maior tempo de construção e uso, cria a possibilidade de estabelecer maiores interações entre o morador e moradia a partir do processo de apropriação.

Partiu-se da hipótese que, embora as casas e o conjunto habitacional tenham sido entregues em condições mínimas de habitabilidade, os moradores inseriram adequações nas moradias para atender a necessidades de ordem pragmática, simbólica e funcional, motivadas por comportamentos humanos de territorialidade, privacidade, identidade e ambiência.

2. QUALIDADES PRAGMÁTICA, SIMBÓLICA E FUNCIONAL DA HABITAÇÃO

Segundo Malard (s/d), todo o espaço construído para abrigar o homem deve propiciar conforto para o uso. O princípio de construir está no fato de modificar o ambiente natural para propiciar qualidade ao habitar e esta essência da construção é entendida como habitabilidade.

Uma edificação também possibilita a espacialização das relações sociais, o que pode ser entendido como interação entre os usuários e o meio (BOURDIEU, 1998). Neste sentido, alguns aspectos criativos, funcionais e tecnológicos devem ser observados para garantir a habitabilidade (MALARD, 2006).

A ABNT NBR 15575/2008 classifica as exigências do usuário e as relaciona quanto aos aspectos de segurança, sustentabilidade e habitabilidade, que são utilizados como referência para a classificação de requisitos e critérios que devem ser observados em uma edificação

habitacional. Nesta, as exigências de habitabilidade são listadas pelos seguintes fatores: estanqueidade; desempenho térmico, acústico, lumínico; saúde, higiene e qualidade do ar; funcionalidade; conforto tátil e antropodinâmico.

Para Bonduki (2002), Elali (2010) e Cohen et al (2006), o conceito de habitabilidade é mais amplo, pois está relacionado ao atendimento de um conjunto de aspectos que interferem na atividade humana, na qualidade de vida e na comodidade dos moradores, bem como na satisfação de suas necessidades físicas, psicológicas e socioculturais.

Já quanto à habitabilidade da unidade habitacional, Malard (s/d) analisa a casa fenomenologicamente como um equipamento de morar. Para que ela apresente um adequado desempenho nesta função, deve ser dotada de itens que revelam a sua equipamentabilidade nas atividades de habitar; contudo estes somente são percebidos quando apresentam falha, defeito ou inadequação. Tal ocorrência pode ser caracterizada como estressor ambiental, denominado também como um “conflito” (ELALI, 2010; MALARD, s/d).

Tratando dos níveis de habitabilidade, Malard (s/d) propõe três dimensões ou qualidades da habitação, quais sejam: pragmática, que confere à casa a finalidade de abrigo e proteção às intempéries; simbólica, em que a casa é dotada de significado, pois está relacionada à dimensão cultural dos moradores e à sua percepção como um lugar agradável, confortável e seguro; e funcional, em que a casa engloba atributos relativos uso dos espaços nas atividades do cotidiano.

Ao voltar o olhar para o ambiente da moradia, Malard (s/d) afirma que apenas quem mora é capaz de “capturar” a habitabilidade da casa. E para tal percepção, Almeida (1995) acrescenta que o fator tempo vivido sobre um espaço é fundamental para essa experiência por parte do habitante. É somente a partir do tempo vivido que o “espaço” se transforma em “lugar”, e este sentimento também está ligado à habitabilidade (DUARTE, 2002).

3. COMPORTAMENTOS HUMANOS NO ATO DE HABITAR

Para Duarte (2002), no processo de planejamento habitacional deve-se considerar a moradia como uma “célula viva”, capaz de se modificar e se reproduzir, sendo parte de um conjunto que procura sua estabilidade e identidade. Portanto, é essencial estudar esta dinâmica para o desenvolvimento e implantação de novos projetos para habitação de baixa renda. A análise das modificações efetuadas pelos moradores, tanto em suas casas, quanto nos espaços públicos vai retratar os processos de apropriação simbólica e material (MOURÃO; CAVALCANTE, 2006; BOURDIEU, 1998).

Leite (2006) interpreta, através de uma pirâmide, a hierarquia das necessidades humanas, onde cada nível é transposto na busca por uma habitação adequada. Na base desta pirâmide estão relacionados aspectos de necessidades fisiológicas, seguidas pelos aspectos de segurança. Ter onde morar é a principal conquista do usuário e, posteriormente a este estágio alcançado, serão buscados aspectos relacionados ao envolvimento, estima e, no topo da pirâmide, a auto-realização. É a partir destes três últimos estágios que o homem começa a externar aspectos simbólicos ligados aos hábitos e valores individuais e familiares.

Conforme Del Rio; Duarte; Rheingantz (2002), o habitar está relacionado a questões comportamentais humanas que precisam ser consideradas quando se concebe um ambiente construído. Almeida (1995) designa tais comportamentos como fenômenos existenciais, ou necessidades humanas, que podem ser expressos através de determinados elementos arquitetônicos.

No processo de apropriação do moradia pelo homem, este passa a interagir com o local e com

o entorno (MOURÃO; CAVALCANTE, 2006). Nesta relação homem-espço, Malard (2006, p.46) define a experiência do morar como: “usufruir da privacidade de um território delimitado fisicamente, caracterizado socialmente e qualificado ambientalmente”. A partir daí, a autora propõe quatro características que dizem respeito à leitura e entendimento do espaço construído, que são: privacidade, territorialidade, identidade e ambiência.

Tais características são reveladoras de comportamentos humanos em busca de identificação com o local vivenciado, interferindo na satisfação do usuário em relação à qualidade de habitabilidade de um ambiente construído e, por isso, devem ser considerados no projeto de edificações habitacionais, tanto quanto os aspectos funcionais e construtivos.

4. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

4.1. Delimitação do objeto de estudo

O conjunto habitacional em estudo, denominado Boa Sorte, foi inaugurado com 35 unidades habitacionais, implantadas na época da idealização do empreendimento, sendo que outras seis foram construídas em data posterior, com tipologia diferente das anteriores. Por este motivo, o universo da pesquisa abrangeu apenas as primeiras casas, que contêm sala, dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço, totalizando 41,48m², sendo 35,48m² de área útil. Cada unidade foi implantada em terreno plano, com dimensão média de 9,62m x 13m, o que corresponde a 125 m² de área do lote.

4.2. Os Procedimentos Metodológicos

A coleta de dados de campo foi feita mediante visitas “in loco”, realizada em 29 casas, uma vez que três estavam fechadas e sem morador e nas outras três os moradores estavam ausentes nos dias em que a pesquisa de campo foi realizada.

Para a coleta de dados foi utilizado o instrumento denominado “leituras espaciais”, bem como ferramentas utilizadas em pesquisa de avaliação pós-ocupação (APO), como observação do desempenho técnico-construtivo (*walkthrough*), observação direta do comportamento dos moradores, questionários semi-estruturados, entrevistas e técnicas de complemento, como o “poema dos desejos”, com a finalidade de identificar o grau de satisfação dos usuários em relação à moradia e os possíveis conflitos que impulsionaram a introdução de modificações físicas na casa original.

Os indicadores e variáveis utilizados para a análise dos dados foram definidos a partir da literatura e da NBR 15575/2008. Posteriormente, elaborou-se um quadro contendo a relação dessas variáveis e indicadores, agrupados segundo as três categorias de habitabilidade (pragmática, simbólica e funcional) e os quatro tipos de comportamentos humanos (territorialidade, privacidade, identidade e ambiência).

5. RESULTADOS

Para análise dos resultados, as adequações realizadas pelos moradores foram agrupadas segundo as categorias de habitabilidade: pragmática, simbólica e funcional.

5.1. Adequações para atender a dimensão pragmática

A dimensão pragmática está relacionada ao valor da casa como abrigo e está direcionada às variáveis de desempenho construtivo da moradia e à sua inserção urbana. As adequações identificadas nesta ordem revelam comportamentos humanos em busca de ambiência e

privacidade, tais como:

- Inserção de forro na cobertura: para melhorar condições de conforto térmico e acústico;
- Substituição ou adição de portas e janelas em vidro, para melhor desempenho lumínico;
- Acréscimos/ampliação de varandas cobertas: proteção do fechamento vertical contra a ação de intempéries e da insolação direta nos ambientes;
- Alteração da localização do reservatório de água: devido à sensação de insegurança quanto à estrutura de apoio da caixa d'água; ao desconforto acústico provocado pelo ruído de água, e à necessidade de aumentar a capacidade do reservatório, devido a falhas no serviço de abastecimento de água;
- Acréscimo de revestimento cerâmico em pisos e paredes: para facilitar a manutenção, limpeza e melhorar aspectos ligados ao conforto e qualidade estética dos ambientes;
- Adição de proteção de borracha na parte inferior das portas externas: para evitar a entrada de água e de animais no interior da residência;
- Pintura de elementos como paredes, portas e janelas: visando à limpeza e manutenção preventiva, como proteção contra umidade e corrosão por ação de intempéries;
- Acréscimo de chapisco nas partes inferiores das fachadas: para proteção do fechamento vertical devido aos respingos de água de chuva e minimizar a ação da umidade do solo;
- Adição de piso nas áreas externas à edificação, para facilitar uso e manutenção.

Além dessas adequações pragmáticas inseridas na moradia, há outras referentes à utilização do espaço não edificado, como: implantação de transporte coletivo escolar, uso de bicicletas para deslocamentos diários e longos (trabalhadores na zona rural) e asfaltamento das vias.

5.2. Adequações para atender a dimensão simbólica

A dimensão simbólica da casa está relacionada ao seu significado, o que está diretamente ligado a questões culturais. As adequações identificadas nesta ordem revelam comportamentos humanos em busca de ambiência, privacidade, identidade e territorialidade, tais como:

- Aumento do número de cômodos: para atender a um maior número de habitantes/casa; separar quartos de filhos por sexo e idade; atender a outras funções, como quarto de visitas, sala de televisão, suíte, cozinha, copa, depósito, área de serviço; transmitir *status*;
- Construção de uma nova moradia no quintal, para abrigar filhos casados;
- Alteração da cor original de elementos como paredes: nos quartos dos filhos; nas fachadas, para diferenciar as moradias, camuflar problemas de infiltração e suprir a inexistência de revestimento cerâmico (barrado em tinta a óleo);
- Alteração de características da fachada original: para descaracterizar a tipologia padrão e imprimir identidade;
- Adição de muros, cercas, grades e portões: para conferir segurança e privacidade, e demarcar territórios;
- Criação de animais, cultivo de jardim, horta, pomar e adição de fogão à lenha;
- Exposição de fotografias, de objetos decorativos, simbólicos e de culto a imagens;
- Uso de cortinas: para compor o ambiente e como mecanismo para propiciar privacidade.

5.3. Adequações para atender a dimensão funcional

A dimensão funcional está relacionada à capacidade da casa de proporcionar boas condições ao uso dos espaços e está ligada às variáveis de dimensionamento da moradia, relação funcional entre os cômodos e manutenção. As adequações identificadas nesta ordem revelam comportamentos humanos em busca de ambiência, privacidade e identidade, tais como:

- Aumento do número de ambientes: para facilitar a realização de atividades e comportar os usuários e mobiliário;
- Ampliação da dimensão dos ambientes alterando localização ou removendo paredes: para melhorar a circulação, ampliar a área útil e facilitar o uso;
- Aumento de pontos hidráulicos: para comportar acréscimo de pontos de água;
- Criação de cozinha para instalação de fogão à lenha e aumento do número de banheiros;
- Aumento de pontos de luz: para iluminação da área externa e dos cômodos acrescidos;
- Aumento de pontos de energia elétrica e uso de extensões de energia/benjamins: para atender o uso e operação de vários eletrodomésticos simultaneamente;
- Inserção de box nos banheiros: para melhorar aspectos de uso e funcionalidade;
- Alteração da localização do botijão de gás para o exterior da cozinha: para conferir segurança durante o uso e operação, e melhorar a circulação no interior da cozinha;
- Alteração da localização do reservatório de água: para possibilitar acesso e manutenção;
- Utilização do corredor de circulação para disposição de armários, cômodas e geladeiras;
- Inserção de forro e revestimento cerâmico, para facilitar manutenção e limpeza.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através dos levantamentos em campo constatou-se que as adequações inseridas ultrapassaram os resultados esperados, principalmente quanto ao acréscimo de área útil por residência, revelando que, após onze anos de ocupação, as casas do conjunto habitacional Boa Sorte resultam de um acentuado processo de apropriação do espaço pelos moradores. Pôde-se identificar ainda que tais adequações não foram somente físicas, como também de uso, demonstrando que houve um processo de adequação ativa e passiva. Estas adequações foram realizadas pelo próprio usuário, sem nenhuma orientação técnica e sem mão-de-obra especializada, acarretando baixa qualidade e comprometimento do desempenho funcional e construtivo da habitação. Muitas destas adequações, especialmente de caráter técnico e pragmático, já poderiam ter sido incluídas no projeto original sem onerar significativamente o custo final da obra, assegurando melhores condições de habitabilidade.

A pesquisa junto aos usuários confirmou o sentido simbólico dado à casa própria, no sentido de segurança familiar e de *status*. Indicou também que houve melhoria da qualidade de vida para as que anteriormente se abrigavam em casas ou barracos com baixa qualidade construtiva ou precárias condições de habitabilidade. Ao adquirir a casa própria, os moradores buscaram atender a necessidades humanas básicas ligadas aos aspectos fisiológicos e de segurança, mas após alcançarem tal estágio, inseriram adequações na moradia de forma a atender a necessidades ligadas ao envolvimento, estima e auto-realização, fatores que estão relacionados a níveis superiores da “pirâmide de hierarquia” das necessidades humanas.

Muitos moradores demonstraram insatisfação em relação à dimensão reduzida dos ambientes da unidade habitacional, o que prejudicou a funcionalidade e foi o principal motivador para as ampliações físicas. Observou-se que pequenas alterações dimensionais seriam suficientes para comportar os mobiliários que fazem parte do cotidiano familiar, inclusive com a eliminação de corredores.

Apesar do conjunto habitacional ter sido idealizado para um programa habitacional voltado a atender famílias com renda mensal de até três salários mínimos, foi visível a grande disparidade econômica entre os próprios moradores. Este fato ficou evidente ao se comparar casas que não passaram por nenhum tipo de manutenção básica devido à insuficiência financeira da família, com outras que sofreram vários tipos de adequações e, atualmente, apresentam-se consideravelmente descaracterizadas em relação ao padrão original. Pelos dados levantados comprova-se que algumas casas passaram por ampliações significativas, chegando a duplicar o valor da área total da casa original. Contudo foi constatado que em geral o número de moradores por residência é baixo, de modo que o principal motivo para as modificações e ampliações não foi o tamanho das famílias, mas a necessidade de atendimento de aspectos funcionais, de conforto e *status* social. Como estes tipos de adequações são imprevisíveis, reforça-se a necessidade de adoção de um projeto arquitetônico flexível e de tipologias habitacionais diferenciadas, além da orientação técnica para as futuras ampliações.

Contrariando a bibliografia corrente que indica que o adensamento é desejável para projetos de habitação de interesse social, no caso analisado verificou-se que foi positiva a adoção do padrão de casa do tipo isolada, bem como sua implantação no terreno. Tal opção possibilitou a expressão de aspectos simbólicos relacionados aos hábitos culturais de famílias típicas de cidades do interior, o que foi observado pelo alto grau de apropriação da área externa (quintal) através de diversos usos que expressam costumes e necessidades particulares, como construção de fogão à lenha, criação de animais e cultivo de jardim, horta e pomar.

Casas que não passaram por nenhuma manutenção básica apresentam várias manifestações patológicas que comprometem a vida útil e o desempenho dos seus sistemas construtivos. Nos levantamentos em campo, foi constatada ainda a construção de uma segunda moradia no quintal da casa original para abrigar membros da família, que não tinham condições financeiras para aquisição da casa própria ou que não tiveram acesso ao programa habitacional. Contudo, devido à baixa qualidade construtiva e às precárias condições de habitabilidade, as edículas foram desocupadas e as famílias se mudaram para outro local.

7. CONCLUSÕES

O conjunto habitacional Boa Sorte foi edificado baseado em um modelo projetual e construtivo padronizado, normalmente utilizado por outros programas habitacionais, desconsiderando-se falhas já apontadas pela literatura, como a deficiente funcionalidade em razão do dimensionamento mínimo, baixa qualidade construtiva e seu consequente comprometimento na vida útil da edificação. Tais ocorrências estão diretamente ligadas à visão quantitativa e à noção restrita do atendimento de necessidades básicas, que caracterizam a política habitacional brasileira e orientam as ações dos governos municipais na implantação de programas habitacionais para a população de menor renda.

A avaliação empreendida apontou que, ao longo dos anos, várias alterações físicas e de uso foram inseridas nas moradias, em busca de melhorias de aspectos de habitabilidade que a tipologia padrão mínima da unidade habitacional não foi capaz de proporcionar. Assim, modificou-se visivelmente o tamanho, os materiais construtivos e o aspecto externo das moradias, revelando um acentuado processo de apropriação do espaço pelos moradores. As adequações introduzidas foram realizadas pelo próprio usuário, sem qualquer tipo de orientação técnica, e foram impulsionadas por comportamentos humanos de privacidade, territorialidade, identidade e ambiência, presentes no processo de apropriação da moradia, pois fazem parte da transformação do espaço em lugar.

Como contribuição da pesquisa, sugere-se a revisão dos parâmetros mínimos de habitabilidade estabelecidos pelos programas habitacionais nas cidades de pequeno porte,

mediante a proposição de tipologias habitacionais com maior área total e mais adequadas à realidade familiar, uma vez que o valor do solo nas cidades pequenas não onera significativamente o custo final da habitação.

REFERÊNCIAS

ABIKO, A. K.; ORNSTEIN, S. W. (Eds). **Inserção urbana e avaliação pós-ocupação (APO) da habitação de interesse social**. São Paulo: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (Coletânea Habitar/FINEP, Vol. 1). Financiadora de Estudos e Projetos. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

ALMEIDA M. M. **Análise das interações entre o homem e o ambiente** – estudo de caso em agência bancária. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575: Edifícios habitacionais de até cinco pavimentos – Desempenho – Parte 1: Requisitos gerais**. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

BONDUKI, N. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais** – uma metodologia para avaliar programas de habitações. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2002.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

COHEN, S. C. et al. **Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde**. Versão final, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n1/18.pdf>> Acesso em 9 mar. 2010.

DEL RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (orgs) **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ PROARQ, 2002.

DUARTE, C. R. Raízes em solo interdisciplinar. In: DEL RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (orgs) **Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ PROARQ, 2002.

ELALI G. A. Processo projetual e estresse ambiental: explorando aspectos que podem influenciar a relação usuário-ambiente. In: FABRÍCIO, M. M.; ORNSTEIN, S. W. (orgs) **Qualidade no projeto de edifícios**. São Carlos: ANTAC, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_minas_gerais.pdf> Acesso em 25 mai. 2011.

LEITE, L. C. R. **Avaliação de projetos habitacionais: determinando a funcionalidade da moradia social**. São Paulo: Ensino Profissional, 2006.

MALARD, M. L. **Avaliação pós-ocupação e participação do usuário e melhoria de projetos habitacionais: uma abordagem fenomenológica com apoio do Estúdio Virtual de Arquitetura – EVA**. Belo Horizonte: UFMG/ FINEP, 2006.

_____. **O método em arquitetura: conciliando Heidegger e Popper**. Disponível em: <<http://www.arquitetura.ufmg.br/eva/art013.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2010.

MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MOURÃO, A. R. T; CAVALCANTE, S. O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada. **Estudos de Psicologia** (Natal) [online]. 2006, vol.11, n.2, pp. 143-151. ISSN 1413-294X. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v11n2/a03v11n2.pdf>> Acesso em: 13 dez. 2009.

RAMOS, M. H. R. (org). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROMÉRO, M.; ORNSTEIN, S. W. (coord.). **Avaliação Pós-Ocupação: métodos e técnicas aplicadas a habitação social**. (Coleção Habitar). Porto Alegre: ANTAC, 2003.

WERNA, E. et al. **Pluralismo na habitação**. São Paulo: Annablume, 2001.